

**Crônica da vida “corônica”.
Reflexões sobre velhices, morte e necropolítica
em tempos de pandemia**



Priscila Leite Gonçalves

Há muitos anos, em uma cidadezinha como outras tantas cidadezinhas de interior, o tempo era regulado pelas badaladas dos sinos da igreja. Não apenas numa orientação temporal cronológica, uma vez que todas as grandes anunciações, incluindo as notas de falecimento, ressoavam da sacra torre e baixavam catedraticamente sobre toda a cidade. Cresci com essa importante lição auditiva, numa cultura de escuta atenta para os sinos, que ditavam a suspensão de toda e qualquer atividade do cotidiano em respeito ao que se anunciava. Um tempo em que o tempo parava para ouvir.

Da educação formal veio outra lição, conterrânea e contemporânea do aprendizado sonoro-cultural anterior, através das palavras do escritor Ernest Hemingway (1899-1961) na obra *Por quem os sinos dobram*¹, ao referenciar o poema do século XVII de John Donne²:

Nenhum homem é uma ilha, completa em si mesma; todo homem é um pedaço do continente, uma parte do todo. Se um torrão de terra for levado pelo mar, a Europa fica menor, como se fosse um promontório, como se fosse o solar de um amigo teu, ou o teu próprio; a morte de qualquer homem diminui a mim, porque na humanidade me encontro envolvido, e por isso, não pergunte por quem os sinos dobram; eles dobram por ti.

¹ Hemingway, E. *Por quem os sinos dobram?* (1ª edição 1940)

² John Mayra Donne, poeta inglês (1572-1631). Trecho citado in *Meditação 17*.

Letra e som se imiscuíram na primeira lição de humanidade na minha infância: cada anúncio de morte, através do badalar dos sinos da igreja, dizia também sobre uma morte de mim mesma.

Muitos anos depois de não mais ouvir a velha igreja da cidade pequena, tentando conduzir a vida adulta na megalópole do “*Non Ducor Duco*”³, percebo que os sinos do atual modelo político e econômico estão ditando outra lição que ressoa gravemente sobre todos nós: a morte ganhou um lugar desimportante, impessoal, corriqueiro. Um tempo em que o tempo não pode parar em respeito às vidas em risco ou à humanidade daqueles que partiram.

O historiador francês Philippe Ariès (1914-1984), em sua obra *História da morte no Ocidente. Da Idade Média aos nossos dias*, realizou um importante estudo sobre as transformações ocorridas na relação do ser humano com o tema da morte - fenômeno cultural e histórico - em especial no período da industrialização e da transição para o século XX. Segundo ele, a morte se tornou interdita, sendo seus rituais cada vez mais discretos ou inexistentes, sua iminência transferida para os hospitais e seu processo natural – bem como a expressão do luto – visto como um fracasso.

Nessa perspectiva do morrer, em uma mentalidade de interdição, a velhice também ganha contornos do interdito e da negação por expressar as transformações do corpo e evocar a proximidade da morte. Vale ressaltar que o conceito de velhice é uma construção sociocultural e histórica que traz uma forte associação entre velhice e doença, dependência, improdutividade, declínio e morte.

No século XXI, paradoxalmente à interdição da morte – e, também, da velhice. A morte está cada vez mais próxima no nosso cotidiano, apresentando-se de maneira invasiva e acelerada, principalmente em função do desenvolvimento das telecomunicações, mas ainda manifestando um distúrbio na comunicação sobre o tema, uma “conspiração do silêncio”⁴, como aponta a Dra. Maria Julia Kovács, psicóloga e livre docente do Instituto de Psicologia da USP.

“Conspiração do silêncio” é um termo também utilizado por Simone de Beauvoir (1908-1986) em seu brilhante livro *A Velhice*⁵, para denunciar a forma característica do tratamento dado aos velhos na sociedade contemporânea.

No primeiro semestre de 2020, o dobrar dos sinos das notificações no celular e dos anúncios nos jornais são uníssonos: a gravidade da pandemia de COVID-19 é a realidade que assola quase todos os países do mundo, os números de infectados e mortos pelo novo coronavírus são alarmantes e, no Brasil, seguem crescentes até o momento.

Anunciou-se um tempo em que é necessário um esforço coletivo para frear o avanço da doença. Mas observamos que a luta contra essa pandemia não nos

³ *Non Ducor Duco* – expressão latina significa “Não sou conduzido, conduzo”. O lema do brasão da cidade de São Paulo. (notas da editoria)

⁴ Kovacs, J. (Coord.). *Morte e Desenvolvimento Humano*. Casa do Psicólogo: São Paulo, 1992.

⁵ Beauvoir, S. *A Velhice*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1990.

tem chamado a todos enquanto coletividade, e que as mortes que se referem ao “grupo de risco” parecem aceitáveis. Uma não tão nova relação entre morte e velhice se dissemina e se impõe como um problema de gravidade maior que uma pandemia – porque usa este evento de saúde pública como justificativa natural para algo que é histórico.

Por quem os sinos, realmente, dobram?

Os velhos estão entre o grupo mais suscetível às complicações e à letalidade do novo coronavírus, como declara a Organização Mundial da Saúde. No terreno virtual das redes sociais, eles aparecem também como o grupo mais suscetível aos *memes* e piadas preconceituosas, não exclusivos do “zeitgeist⁶ corônico”.



A chacota “walking velho” é a discriminação de idosos que ocupam o espaço público repaginado. A troça com a teimosia e a necessidade de uma “gaiola pra velho” é a reedição da intolerância ao ver idosos exercendo seu direito de ir e vir no transporte público em horário de pico, ou na fila do banco em horário de almoço, ou ocupando vagas exclusivas em shoppings e supermercados.

Afinados a estas jocosidades, apenas aparentemente inocentes, estão discursos e posturas mais graves que, somados aos preconceitos estruturais de cor/raça, classe e gênero, fazem parecer aceitável submeter vidas à exclusão, à violência, à desigualdade e à morte.

⁶ *Zeitgeist* – palavra alemã que significa espírito de época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. O conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo. (notas da editoria)

Quando figuras sabidamente influentes em nosso país relativizam a gravidade da pandemia ou a importância das medidas restritivas e de isolamento social, recomendadas por especialistas de todo o mundo, fazendo uso do argumento de que setores da economia não podem ser prejudicados por causa de alguns milhares de mortos inevitáveis, os sinos da iniquidade estão dobrando por todos nós.

A lógica da produtividade, que desvaloriza a existência daqueles que produziram por toda a sua existência, é uma condenação à morte em vida. A mensagem que coloca lado a lado “gripezinha” e “velhinhos”, nos diminutivos que denotam a diminuta importância da doença e das pessoas para as figuras de poder, reverbera com clareza a expressão máxima da soberania que determina quem pode viver e quem deve morrer: a necropolítica.

Necropolítica é um termo que vem ganhando destaque a partir da obra do filósofo camaronês Achille Mbembe⁷, que propõe este conceito, juntamente à noção de ‘necropoder’, para destacar as formas contemporâneas de relação entre política e morte que subjagam a vida.



Em linhas gerais, no seu livro *Necropolítica*⁸, o autor parte de discussões sobre a noção de ‘biopoder’ de Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, sobre o conceito de estado de exceção e de estado de sítio, bem como sobre as “topografias recalcadas de crueldade” (ocupação colonial, por exemplo) para refletir sobre os modos como o poder de morte opera, explicitando que, para além do controle sobre os corpos, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa. Quem é “descartável” e quem não é.

Se considerarmos que, no contexto da pandemia, metade das mortes pela Covid-19 na Europa ocorreu em Instituições de Longa Permanência para Idosos, e que o maior número de mortes pela doença na cidade de São Paulo ocorre nas periferias, e tendo em conta, ainda, que parece haver um consenso quase óbvio de que se pode prescindir da escolha pela vida de velhos na falta de respiradores artificiais, estamos falando de um sistema que cria “mundos de morte”, que para Achille Mbembe são formas únicas e novas de existência social que submetem um grande número de pessoas à categoria de “mortos-vivos”.

Falamos de necropolítica quando vivenciamos uma profunda crise institucional, política e econômica em nosso país, em que o cuidado integral aos velhos é precarizado, de tal modo que o presidente da república declarou, no dia 25 de março de 2020, o descompromisso do poder público em relação ao cuidado dos idosos, o qual deve ser responsabilidade da família – declaração que contradiz o que está preconizado em nossa Constituição Federal e no Estatuto do Idoso⁹. Nele se decreta ser:

⁷ Filósofo camaronês. Professor na Universidade de Joanesburgo (África do Sul).

⁸ Mbembe, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. (notas da editoria)

⁹ Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003.

[...] obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Defender a garantia de políticas públicas de proteção e inclusão social, zelar pela participação e pela vida dos idosos é um chamado que diz respeito a todos nós, pois a garantia de nossos direitos fundamentais deve ressoar atemporalmente.

É preciso recuperar o assombro diante do dobrar dos sinos que parecem silenciar e naturalizar a falta de investimentos, de infraestrutura e de ações que garantam a dignidade (n) à velhice. É preciso parar as formas contemporâneas de submeter a vida ao poder da morte.

A negação da velhice, a infantilização e o isolamento social de idosos, as diversas formas de violência e o preconceito são problemas antigos na nossa sociedade, e que se agravaram em tempos de pandemia. Que aprendamos coletivamente com esta ruidosa lição da vida “corônica”, e que, ao chorarmos todas as mortes, que nos diminuam como seres humanos, possamos crescer em nossa humanidade ao som dos velhos sinos que ainda dobram...

Além...

Além...

Além...

Data de recebimento: 24/06/2020; Data de aceite: 24/06/2020

Priscila Leite Gonçalves - Doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Mestre em Gerontologia Social pela PUC-SP. Especialista em Gestão de Pessoas, Psicóloga e Licenciada em Psicologia pela Unisal. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa do DGP/CNPq Núcleo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento (NEPE) e Educação, Longevidade e Qualidade de Vida, da PUCSP. Professora na Escola Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e professora convidada de cursos de Pós-graduação Lato Sensu. E-mail: priscilaleite.g@gmail.com